

PROJETO BÁSICO

Serviços Comum de Engenharia

Contratação de empresa especializada para os serviços comum de engenharia para Execução de Obras de Reconstrução com Estrutura em Gabião em Quatro Pontos Destruídos do córrego, localizado no trecho da Rua Sorocaba.

Localização: Rua Sorocaba – Várzea Paulista / SP

LATITUDE: -23°12'8.4"S

LONGITUDE: -46°49'51.7"W

1. OBJETIVO

1.1. Contratação de empresa especializada para os serviços comum de engenharia referente a Execução de Obras de Reconstrução com Estrutura em Gabião em Quatro Pontos Destruídos do córrego, localizado no trecho da Rua Sorocaba.

1.2. Justifica-se pela necessidade de restabelecer a estabilidade das margens e do leito, comprometidas em razão de processos erosivos e danos estruturais decorrentes de eventos climáticos e do escoamento superficial concentrado.

1.3. A contenção com gabiões é uma solução tecnicamente eficaz e durável, pois permite a drenagem da água através da estrutura, reduzindo a pressão hidrostática e evitando o colapso das encostas. Além disso, trata-se de uma técnica de rápida execução, de baixo impacto ambiental, que se adapta bem ao relevo existente.

1.4. As estruturas existentes encontram-se destruídas ou severamente degradadas, oferecendo riscos à segurança de pedestres, à integridade da via pública e às edificações do entorno, além de favorecerem o agravamento dos processos de assoreamento e instabilidade do talude. A intervenção é, portanto, imprescindível para garantir a segurança, a funcionalidade hidráulica do córrego e a preservação da infraestrutura urbana.

DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
Execução de Obras de Reconstrução com Estrutura em Gabião em Quatro Pontos Destruídos do córrego, localizado no trecho da Rua Sorocaba	UN	1,0	R\$ 942.062,82

1.5. LOCALIZAÇÃO

ENDEREÇO: Rua Sorocaba – Jardim Paulista - Várzea Paulista/SP.

LATITUDE: - 23°12'8.4"S

LONGITUDE: - 46°49'51.7"W

1.6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.6.1. Os recursos necessários para execução deste objeto onerarão a dotação orçamentária a seguir: Valor total estimado da contratação: R\$ 942.062,82 (novecentos e quarenta e dois mil, sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

DOTAÇÃO:

Solicitação: nº658/2026

Dotação: Ficha 283 - 02.06.03.15.451.0014.1021.4.4.90.51.00 - Vivo Várzea

Fonte: 5 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS – VINCULADOS

Valor: R\$ 935.105,55

Código aplicação: 100.0101

Solicitação: nº659/2026

Dotação: Ficha 282 - 02.06.03.15.451.0014.1021.4.4.90.39.00 - Vivo Várzea

Fonte: 1 - Tesouro

Valor: R\$ 6.957,27

Código de aplicação: 110.0000-GERAL

1.6.2. Considerando os aspectos do projeto de engenharia para execução da construção com métodos construtivos, os equipamentos e os materiais empregados amplamente utilizados no setor da engenharia, caracteriza-se a esta contratação como **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**.

Artigo 6º, inciso XXI, alínea a da Lei Federal nº 14.133/2021, vejamos:

“a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, **objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade**, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.”

As demais justificativas estão constantes no Estudo Técnico Preliminar.

1.7. Foi adotado o regime de execução por **CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA**, eis que se trata de contratação para execução do serviço por preço certo e total, que não permite fracionamento e os serviços se assemelham às etapas de execução que devem obedecer à uma ordem específica. Uma única empresa atuante facilita a gestão e o cronograma dos serviços a serem executados, permitindo, ainda, a padronização dos materiais a serem utilizados.

1.8. A modalidade do presente certame se dará por **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, adotando-se o critério de julgamento o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, justificada pela ampla publicidade na contratação da empresa que executará os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado.

2. ORÇAMENTO

2.1 No presente, os documentos técnicos que compõem o projeto básico têm como objetivo definir todo o processo de contratação, ou seja, definir e especificar materiais e condições técnicas a

serem obedecidos na execução dos trabalhos, fixando, portanto, os parâmetros mínimos a serem atendidos. A referida contratação é elaborada conforme os ditamos do artigo 6º, inciso XXXIII do Lei Federal nº 14.133/2021. Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXXIII - contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto:

suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

2.2 Na elaboração do projeto básico foram realizadas visitas in loco para verificação das necessidades dos serviços a serem executados.

2.3 No orçamento detalhado em planilha sintética de custos unitários, foram utilizadas tabelas referenciais atualizadas: SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, data base dezembro/2025; CDHU- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, versão 200, data base novembro/2025 e SICRO/DINIT - Sistema de Custos Referencias de Obras, data base outubro/2025. A qual justifica o uso necessário diante da obrigatoriedade por meio do DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013.

2.4 No detalhamento da composição do percentual de BDI, foram observados os parâmetros do Acordão nº2.622 de 2013 - Plenário de Contas da União.

2.5 Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Mapa de risco
- b) Planta baixa
- c) Planilha orçamentária
- d) Composição de custos unitários
- d) Composição de BDI
- e) Cronograma físico-financeiro
- f) Memória de cálculo
- g) ART - Anotação de responsabilidade técnica.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Todos os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro dos projetos aprovados, respeitando as especificações dos materiais, segundo os padrões e requisitos previstos nas normas regulamentadores da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais normas vi-

gentes necessárias para a execução da obra e serviços.

3.2. As especificações ora fornecidas são suficientes para a elaboração das propostas, porém, para que haja maior visualização dos serviços a serem executados a licitante poderá agendar uma visita técnica (não sendo obrigatória), que deverá ser realizada por um representante credenciado pela Licitante, e após a visita será emitido um atestado pelo Município de VÁRZEA PAULISTA. Uma cópia deste atestado será entregue ao representante, devidamente credenciado, sendo facultada a apresentação deste documento no processo licitatório. Caso não seja essa a opção do licitante, poderá atestar que conhece o local e as condições de realização do serviço, conforme disposto no artigo 63, §2º da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

3.3.1. O agendamento da vistoria técnica supramencionada deverá ser realizado através do TEL: (11) 4596-1612, até o ultimo dia para envio de propostas e deverá ter acompanhamento técnico, engenheiro ou arquiteto da Prefeitura Municipal de VÁRZEA PAULISTA.

3.3.2. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições dispostas no Contrato, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços.

3.3.3. O licitante que decidir pela não realização da visita técnica deverá apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica, conforme o modelo constante do ANEXO - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA POSSIBILIDADE DE VISITA TÉCNICA E CONHECIMENTO DO OBJETO (EMPRESA).

3.4. É VEDADO a empresa, subcontratar parte ou a totalidade dos serviços contratados.

3.5. DA SUSTENTABILIDADE

3.5.1. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, os quais se torna diretamente responsável pela desti-

nação dos mesmos.

3.5.2. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

3.6. É de fornecimento da CONTRATADA todos os materiais e serviços de mão-de-obra, necessários à execução dos serviços, inclusive ferramentas, equipamentos e encargos sociais trabalhistas. Todos os materiais e serviços de mão de obra deverão ser de boa qualidade e executados por profissionais devidamente qualificados.

3.7. Todos os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente registrados e uniformizados, portando crachás de identificação e equipamentos de segurança pessoal, tais como capacete, óculos, botas, luvas e demais equipamentos de segurança, estes obrigatórios de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR) decorrentes do perfil dos serviços executado. Assim como os serviços de mão de obra deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados.

3.8. A CONTRATADA apresentará à FISCALIZAÇÃO documento assinado por seus funcionários de que receberam informação e treinamento de normas de Segurança do Trabalho, como também os EPI's e EPC's relacionados às particularidades dos serviços a serem executados nesta obra.

3.9. A CONTRATADA deverá locar contêiner, para os devidos fins, conforme descrito em planilha orçamentária.

3.10. A CONTRATADA recolherá e pagará ART dos profissionais que atuarem no empreendimento, os quais deverão estar em situação regular junto ao órgão representativo profissional.

3.11. Após assinatura contratual é obrigatório ter sido recolhida e apresentada ART dos profissionais que atuarão na execução do empreendimento e dos projetos. Ainda, após a emissão da ordem de início da obra haverá reunião da CONTRATADA com os servidores da Unidade Gestora Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas, Fiscalização, Projetos e Orçamentos para detalhamento das informações técnicas gerais e das particularidades do empreendimento licitado.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Certidão atualizada de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia (CREA/ CONFEA) em nome da licitante, dentro do prazo de validade

4.1.2. Capacidade operacional para execução de obra similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente.

4.1.3. Ainda, nos termos da cláusula anterior, conforme determina a Súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, exige-se atestado(s) e/ou certidão(ões) expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrados nas entidades profissionais competentes, em nome da licitante, que comprovem a prévia execução de obras/serviços similares constantes do objeto da licitação, abaixo relacionados:

QUADRO DE PARCELAS RELEVANTES (EMPRESA)

ITENS	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE (50%)
2.9	Escavação mecanizada a céu aberto	M3	420,03
2.12	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO CONTÍNUO	M2	90,00
3.1	MURO DE GABIÃO, ENCHIMENTO COM PEDRA DE MÃO TIPO RACHÃO, COM SOLO REFORÇADO	M3	182,13
4.1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO	M3	83,95

4.1.4. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

QUADRO DE PARCELAS RELEVANTES (PROFISSIONAL/RESPONSÁVEL TÉCNICO)

PROFISSIONAL	ITENS	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.
ENGENHEIRO CIVIL	2.9	Escavação mecanizada a céu aberto	M3
ENGENHEIRO CIVIL	2.12	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO CONTÍNUO	M2
ENGENHEIRO CIVIL	3.1	MURO DE GABIÃO, ENCHIMENTO COM PEDRA DE MÃO TIPO RACHÃO, COM SOLO REFORÇADO	M3
ENGENHEIRO CIVIL	4.1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO	M3

4.1.5. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência

equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

4.1.6. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere à subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado.

4.1.7. O(s) responsável(is) técnico(s) pela eventual execução dos serviços, deverá(ão) obrigatoriamente ser indicado(s) através de DECLARAÇÃO, independente de qual seja o seu vínculo (contrato e trabalho, prestador autônomo ou sócio).

4.2. JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DOS ÍNDICES FINANCEIROS

4.2.1. Justificamos que a exigência do balanço patrimonial, acompanhada dos demonstrativos usuais (índices de liquidez geral, de liquidez corrente e do grau de endividamento) será exigido para fins de validação se o pretenso contratado tem condições mínimas, sob o enfoque financeiro, de garantir a execução do contrato, ou seja, a qualidade das finanças da empresa que eventualmente será contratada.

O art. 69. da Lei nº. 14.133/21, estabelece que:

“Artigo 69 - A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório.”

Desta forma, solicitamos a inclusão da referida cláusula como Qualificação Econômico- Financeira.

4.2.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, através da apresentação, em folha separada, das demonstrações abaixo, calculadas a partir do último balanço patrimonial apresentado:

$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$ <p>(O resultado deverá ser maior ou igual a 1,00)</p>
$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ <p>(O resultado deverá ser maior ou igual a 1,0)</p>

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo Geral}}{\text{Ativo Total}}$$

(O resultado deverá ser menor ou igual a 0,50)

4.2.3. As licitantes que apresentarem valores fora dos limites dos intervalos acima, serão automaticamente inabilitadas.

4.2.4. Capital mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimativo para a contratação.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘C’)

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

6. SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA E DE PROTEÇÃO

6.1. Todo início de serviço deverá ser informado através de placas.

6.2. Todos os materiais necessários para a construção dos sistemas de sinalização e de proteção serão de responsabilidade da CONTRATADA.

6.3. A CONTRATADA é, ainda, responsável pela confecção, pintura, transporte e manutenção dos tapumes de proteção, que deve manter sempre limpos e pintados, e a sinalização em permanente estado de funcionamento, de modo a garantir a segurança, noturno e diurno, de pedestres e também do tráfego veículos. As quantidades de cercas, placas, cones e tapumes, a serem instalados em todas etapas da obra, deverão ser submetidas à aprovação da FISCALIZAÇÃO, tais serviços devem ser executados pelas custas da Contratada.

7. SERVIÇOS PRELIMINARES

7.1. Na execução dos serviços, a contratada deverá desenvolver um plano compatível com os serviços necessários para seu início, incluindo locação de container, banheiro químico e também a identificação através de placa da obra em questão.

8. EXECUÇÃO

8.1. SERVIÇOS PRELIMINARES

8.1.1 Compreendem a limpeza da área de intervenção para a execução dos serviços, incluindo espalhamento, carga e transporte do bota-fora.

8.2 Placa de identificação para obra

8.2.1. Será medido por área de placa executada (m²). O item remunera o fornecimento de materiais, acessórios para fixação e a mão-de-obra necessária para instalação de placa para identificação da obra, incluindo a manutenção da placa.

8.3 Administração local/ canteiro de obra

8.3.1. Na execução das obras, a contratada deverá iniciar os serviços com a instalação de espaço para guarda de materiais de construção, equipamentos, ferramentas, vestiário para os funcionários e espaço para direção e fiscalização das obras (canteiro de obras), vigia noturno no local.

8.3.2. Está previsto nesta contratação A ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURAIS dos serviços a serem executados.

8.4. CÓRREGO

8.2.1. A CONTRATADA deverá executar reparos na margem do córrego, tais como: reparos em guias e sarjetas com demolição e execução, demolição de trecho de calçada com a reposição da mesma, e a contenção da margem do córrego com execução de muro de gabião.

8.2.2. O gabião será tipo caixa em tela metálica, dimensões conforme projeto e planilha, revestido, com malha hexagonal 8/10cm, fio diâmetro 2,7mm, independente do formato ou utilização, composta de arame de aço revestido com galvanização com liga zinco e alumínio, conforme estabelece a NBR 8964. O item remunera também pedra para enrocamento, amarrilho para amarração e atirantamento, a mão de obra e equipamentos necessários para execução completa do gabião. Incluindo ainda, a aplicação de manta geotêxtil e também a execução de proteção superficial de gabião tipo colchão, enchimento com pedra de mão tipo rachão – fornecimento e execução do mesmo.

9. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

9.1. Compreende o fornecimento e plantio de grama esmeralda em placas, incluindo terra vegetal e a mão de-obra necessária para a execução dos serviços de preparo do solo, plantio das placas justapostas, promovendo a completa forração da superfície; irrigação; e cobertura com terra vegetal.

9.1.1. Compreende também a rega e conservação para pega as mudas e a substituição de placas que não pegarem, num prazo de 30 dias.

9.2. As calçadas em concreto serão executadas sobre uma base de 5,00 cm de lastro de brita. E serão executadas mediante aplicação de concreto (FCK maior ou igual a 15 MPa) sobre o terreno

devidamente compactado e com as juntas de madeira previamente fixadas. As juntas de madeira terão 1 cm (um centímetro) de espessura e deverão ter um espaçamento não superior a 2,00m. A espessura de concreto será de 7,00 cm e será regularizado com o emprego de réguas e desempenadeiras, sendo o acabamento final dado com argamassa do próprio concreto.

9.3. Prevista a execução de rampa de acessibilidade visando assegurar o acesso, a circulação e o uso do espaço por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo inclusão, segurança e atendimento à legislação vigente.

9.4. Execução de caixa para boca de lobo dupla combinada com grelha retangular, destinada à captação de águas pluviais, construída em alvenaria de tijolos cerâmicos maciços, assentados com argamassa adequada. A estrutura deverá possuir dimensões internas de 1,30 m x 2,20 m x 1,20 m, compreendendo base, paredes e acabamento interno conforme especificações técnicas.

9.4.1. O serviço inclui a escavação, regularização e preparo do fundo, execução da base em concreto, elevação das paredes em alvenaria, instalação da grelha retangular, rejuntamento, limpeza final e adequação ao sistema de drenagem existente, atendendo às normas técnicas vigentes.

10. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.1. À Administração reserva-se no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução dos serviços, diretamente ou por prepostos designados, na forma da Lei 14.133/2021, podendo para isso, inclusive, solicitar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;

10.2. A fiscalização da execução dos serviços será responsabilidade da Unidade Gestora Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas, através da servidor designado para este fim, conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º da Lei federal 14.133/2021, a Sra. Patrícia Bernardina da Silva, Engenheira Civil, Crea SP - 5062686562, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual, devendo materializar os atos de gestão e fiscalização em processo administrativo próprio. Após a formalização do contrato administrativo, o fiscal deverá ser nomeado através de Portaria.

10.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei federal 14.133/2021.

10.4. A contratada deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pela contratante:

- a) inspecionem a qualquer tempo a execução dos serviços;
- b) examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

10.5. No desempenho destas tarefas, deverão os técnicos da contratante, contar com a total colaboração da contratada.

10.6. A contratada deve manter nos serviços um projeto completo, o qual deverá ficar reservado para o manuseio da fiscalização e do pessoal do órgão financiador dos serviços.

10.7. A contratada deve manter no local dos serviços o Boletim Diário de Ocorrências - BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido pelo encarregado da contratada e rubricado pela fiscalização.

10.8. A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

10.9. Caso a contratada não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamento direto, inclusive podendo ser declarada inidônea, ficando impedida de licitar e contratar, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes. Estas sanções serão aplicadas sem prejuízo de outras, previstas no Art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.

10.10. Assim que a execução dos serviços for concluída, de conformidade com o contrato de empreitada, será emitido como único comprovante de execução das mesmas, Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da comunicação escrita nesse sentido da contratada, o qual será assinado pela fiscalização.

10.11. Após o prazo de 60 (sessenta) dias corridos do recebimento provisório, será procedido o recebimento definitivo, através de comissão especificamente designada pela contratante, ocasião em que será lavrado Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo. Durante esse período e em conformidade com o artigo 140, §2º, da Lei Federal nº. 14.133/21, a contratada terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento das instalações por ela construídas. Qualquer falha construtiva ou de funcionamento deverá ser prontamente reparada pela contratada, estando esta sujeita, ainda, às sanções indicadas na cláusula - DAS PENALIDADES.

10.12. Mesmo com a expedição, pela contratante, do Termo de Recebimento Definitivo dos trabalhos e serviços, a contratada e os seus técnicos não ficarão isentos e nem excluídos das respon-

sabilidades civis e técnicas por futuros eventos, decorrentes ou relacionados com a execução do objeto, sujeitando-se, para tanto, nos termos do Código Civil Brasileiro e do Código de Defesa do Consumidor, em especial ao previsto no art. 140, §2º da Lei nº. 14.133/21.

10.13. A CONTRATADA deverá manter em todos os locais de serviços um perfeito sistema de sinalização e segurança, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

10.14. A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), às especificações do Projeto Executivo e o Caderno de Especificações Técnicas e as demais condições do Projeto Básico.

10.15. O prazo de garantia dos materiais será de 12 (doze) meses ou conforme padrão do fabricante, se esta for maior, e dos serviços será de 60 (sessenta) meses, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.16. Todos os originais de documentos e desenhos técnicos preparados pela CONTRATADA para execução dos serviços contratados serão de propriedade da PREFEITURA.

11. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

11.1. As medições serão mensais e deverá constar junto com a planilha de medição o relatório fotográfico dos serviços executados. A CONTRATADA deverá fornecer à fiscalização fotografias digitalizadas, contendo imagens detalhadas dos serviços, em todas as suas fases. Deverão ser fotografadas integralmente os serviços, contendo seus elementos estruturais, fechamentos, instalações e acabamentos.

11.2. As faturas deverão ser apresentadas em 4 (quatro) vias, após a emissão de Atestado de Execução dos Serviços, expedido após a análise técnica e aprovação dos serviços por parte da PREFEITURA, mediante a apresentação da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) correspondente atendendo ainda a seguinte forma de apresentação:

- a) Nota fiscal com discriminação resumida dos serviços executados de acordo com o cronograma físico-financeiro, período de execução da etapa, número da licitação, número do Repasse, Termo de Contrato de Empreitada e outros dados que julgar convenientes, sem rasuras e/ou entrelinhas e certificada pelo engenheiro responsável;
- b) Fatura com discriminação resumida dos serviços executados de acordo com o cronograma físico-financeiro pactuado, período de execução da etapa (ou período da medição), número da licitação e do termo de contrato de empreitada e outros;
- c) Demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS/ISS/CNDT;

d) Cópia da guia de recolhimento da Previdência Social-GRPS, do último recolhimento devido, regularmente quitado e autenticado em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS/ISS, exclusivo para cada serviço;

e) Cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, do último recolhimento devido, regularmente quitado e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS/ISS, para cada serviço;

11.3. Na hipótese de divergência com as condições contratadas, a fatura será recusada pela PREFEITURA mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data da apresentação da nova fatura devidamente corrigida.

11.4. A PREFEITURA pagará as duplicatas somente à empresa contratada, vedada sua negociação com terceiros ou colocação em cobrança bancária.

11.5. O pagamento dos serviços dar-se-á por etapa concluída, observados os percentuais de desembolso fixados, em até 30 (trinta) dia após a aprovação da medição e liberação da fatura pela PREFEITURA, devidamente aceita pela Unidade Gestora Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas da CONTRATANTE.

11.6. O pagamento das medições estará condicionado à comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias do INSS, do FGTS, do ISS e CNDT.

11.7. A PREFEITURA realizará a retenção do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) em TODOS os pagamentos realizados a fornecedores de produtos e prestadores de serviços, inclusive obras de construção civil em conformidade com o Decreto Municipal nº 6382/2023.

11.8. As alíquotas de incidência a serem aplicadas sobre o valor a ser pago corresponderá a espécie do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme estabelecido na Instrução Normativa RFB 1234/2012 com as alterações promovidas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2145/2023 e eventuais outras legislações correlatas.

11.9. Os pagamentos deverão ser feitos com observância da legislação em vigor, e, no que couber, da Lei nº. 8.212 de 24/07/91, complementada pelas Ordens de Serviço emanadas do INSS.

11.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

11.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados

monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC de correção monetária.

11.12. Os pagamentos poderão estar sujeitos a retenções na fonte de valores relativos às contribuições da CSLL, da COFINS e do PIS/PASEP, conforme previsto na Lei nº. 10.833/03.

11.11. A nota fiscal ou fatura deverá discriminar os valores relativos aos materiais e equipamentos não manuais e mão-de-obra, utilizados para prestação do serviço contratado.

11.12. A medição deverá vir acompanhada de Memórias de Cálculo e Relatório Fotográfico Digital, devendo ser entregue, em duas vias, à fiscalização da PREFEITURA.

11.13. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

12.1. O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, produzindo seus efeitos, a contar da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do art. 94 da Lei 14.133/2021.

12.2. O prazo de execução da obra será de **5 (cinco) meses**, conforme Cronograma Físico-Financeiro dos Serviços, contados da data indicada pela Prefeitura na Ordem de Início dos Serviços, a ser expedida pela Unidade Gestora Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas, encerrando-se na data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

12.3. O prazo de execução da obra poderá ser prorrogado por igual período, mediante apresentação de documentação circunstanciada apresentada ou atestada pela fiscal do contrato, caso não seja concluído o objeto no prazo inicial, sem prejuízo de aplicação das respectivas sanções administrativas, ou extinção do contrato pela Administração quando o descumprimento do prazo inicial ocorrer por culpa da contratada, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

13. DESMOBILIZAÇÃO E LIMPEZA

13.1. Após a conclusão das obras e aceita pela FISCALIZAÇÃO da Unidade Gestora Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas, proceder-se-á desmobilização dos equipamentos e canteiros, bem como a limpeza da obra com a remoção dos entulhos e materiais excedentes.

13.2. Todos os danos causados quando das benfeitorias no local, bem como das áreas adjacentes, deverão ser reparados após o término da obra.

13.3. Eventuais dúvidas e omissões serão objeto de análise em conjunto com os critérios estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, os quais seguirão sempre que houver divergência pelo que dispõe as Normas citadas.

Várzea Paulista, 24 de abril de 2026.

RENATO GERMANO

Gestor Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas

PATRICIA BERNARDINA DA SILVA

Matrícula nº 394914 - CREA 5062686562

Gestora Executiva de Obras Públicas